

Vossa Excelência, como policial e coronel, tem razão quando mostra isso. Temos que fazer com que as leis sejam mais sérias, principalmente para esses portadores. Um sujeito que tem um fuzil desse tipo não está querendo matar passarinhos, ele está fazendo algo que é totalmente errado.

Gostaria de saudar os visitantes do Parlamento Jovem de Jabuticabal. Sou da região de Monte Alto e queria parabenizá-los por estarem aqui. Parabenizo a Fadisp, faculdade de direito que está aqui hoje.

Estive em uma audiência com o diretor-geral da Polícia Civil, Dr. Youssef. Foi no dia em que tivemos a prisão do pessoal do Corinthians e também o esclarecimento do caso daqueles cinco mortos na região de minha cidade, Mogi das Cruzes. Naquele dia, o Dr. Luiz Fernando nos atendeu. Eu fui pedir esci-vas de polícia, investigadores e delegados para o Alto Tietê, principalmente para Mogi das Cruzes.

Temos bairros com 50 mil habitantes, aproximadamente, que é Cezar de Souza, onde há só um delegado. Em Jundiapeba, um bairro com 80 mil habitantes, um delegado. Ai, você tem Brás Cubas, que tem 130 mil habitantes e tem delegado todos os dias - aí já são mais delegados - e a delegacia central.

Agora, muitos estão se aposentando; muitos deles já estão com a idade avançada. Tivemos aposentadoria de 130 dele-gados e o governo do estado colocou para dentro somente quarenta.

Agora, num concurso, tivemos uma baixa no número de policiais no governo Geraldo Alckmin de 40 % em todo o esta-do de São Paulo. Além disso, foi feito um concurso da Polícia Civil e as pessoas não foram chamadas.

Agora, o governo resolve chamar 722 policiais e, provavel-mente, 70 delegados.

O que acontece: a baixa de policial civil é tão grande que nós estamos totalmente desprotegidos. Parabenizo a Polícia Civil por esclarecer tantos crimes. Porém, o governo precisa repor esses policiais. Estou dizendo isso porque nas cidades pequenas as pessoas estão com medo de sair às ruas.

Na nossa cidade, numa cidade pacata, em Mogi das Cruzes, em Salesópolis, em Birítiba, estamos tendo pavor de sair de casa. Você vê, não tem ninguém circulando, e todo mundo está reclamando, os donos de restaurante estão reclamando.

A situação é muito grave. Eu fui fazer essa visita. Fui num dia infeliz, porque havia ali repórteres de TV procurando esclarecimentos sobre a morte daqueles cinco rapazes. E o esclarecimento e a transferência dos torcedores corinthianos para o Rio de Janeiro.

Mas, pelo menos eu soube o que está acontecendo corre-tamente. Você imagina diminuir 40% do número de policiais civis durante esse governo. Você imagina que numa reposição após aposentadoria de 130 policiais se repõem 40. Agora, você vai tentar repor num concurso, não vêm 70 delegados. Existe a situação de haver um delegado para três municípios. Isso acontece em cidades pequenas, como Queluz, Areias, Silveiras e em algumas regiões.

Estamos com problemas também na Polícia Civil do Estado de São Paulo. Espero que o governo reponha esses policiais, que faça concursos e que nós tenhamos uma condição segura. Que melhoremos essa condição, esse sentimento de medo por um sentimento de segurança.

No estado de São Paulo, o medo está ao nosso redor. Não queremos sair de casa, estamos apavorados.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Angelo Perugini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre depu-tado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Nascimento. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ce-zinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celino Cardoso. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Léo Oliveira. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de orado-res inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cássio Navarro. (Pausa.) Tem a pala-vra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.)

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Carlos Gondim.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputa-do Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Luiz Carlos Gondim, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, recentemente aqui eu recebi três pessoas da cidade de São José do Rio Pardo. Recebi aqui o Rafael Kocian, vereador eleito nessa última eleição, rece-bi também o professor Bibo e o Fabrício Menardi.

Eles me trouxeram uma denúncia muito séria em relação à prefeitura de São José do Rio Pardo, sobre o abandono de um equipamento público, de um prédio que foi construído para abrigar e sediar uma autarquia municipal, uma faculdade municipal que existe desde 1965 na cidade. Uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras conhecida como Faculdade Euclides da Cunha, uma faculdade que tem dado uma grande contri-buição histórica para a formação de professores na região, oferecendo cursos de Pedagogia, História, Letras e de Ciências Sociais. Então, ele forma uma faculdade importante na região porque ela forma educadores e educadoras para as escolas públicas e privadas da região, para a rede estadual, para as redes municipais e para as escolas particulares. Ela cumpre esse papel na região.

Lá foi construído um prédio, houve o início da construção de um prédio que está hoje praticamente abandonado pela prefeitura.

Temos aqui algumas fotos do referido prédio. Quero mos-trar as fotos do prédio que foi construído, mas que está se degradando. É um prédio que mal foi construído e já está se degradando. É um prédio que mal foi construído e já está viran-do uma ruína. É um absurdo total. O prédio totalmente aban-donado pelo poder público, pela prefeitura. Isso é um crime de responsabilidade, isso é improbidade administrativa. Isso tem que ser investigado e os responsáveis devem ser punidos, porque percebemos que o prédio está praticamente pronto. Por que ele não foi ainda utilizado? Porque a prefeitura continua pagando aluguel, ela continua sediada no outro espaço e o prédio novo, já construído, totalmente abandonado em estado de degradação.

Portanto, nós queremos acionar o Ministério Público Esta-dual para que haja uma investigação, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, porque não é possível que isso ocorra. Onde está a Câmara Municipal da cidade de São José de Rio Pardo que não fiscaliza isso, onde estão os vereadores? Isso tem que ser denunciado. Mas me parece que lá reina o corone-lismo, o clientelismo, os coronéis mandam na cidade e me parece que não há nem oposição, pelo jeito. Por isso ninguém denuncia nada.

Mas temos essas três pessoas corajosas, professores que eu citei aqui, o Rafael Cocian, o professor Bibo, Fabrício Menar-di, que estão fazendo essa denúncia. E eles vieram aqui não só denunciar essa improbidade administrativa, mas também pedir socorro, recursos para a Assembleia Legislativa. Eles precisam terminar essa obra.

Eles vieram aqui solicitar recursos, através de emendas par-lamentares, para resolver essa situação, porque essa situação é inconcebível. Principalmente no momento em que estamos vivendo de crise financeira, de ajuste fiscal, nós temos uma situação como essa.

E a faculdade lá em grande dificuldade de funcionamen-to, perdendo alunos. É uma região que precisa formar novos professores. Tem muitos professores estão se aposentando e ela cumpre esse papel histórico. Desde 1965, a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, conhecida como Faculdade Euclides da Cunha, tem formado educadores e educadores na área de Pedagogia, na área de Ciências Sociais, na área de História, na área de Letras e atende a demanda das escolas da região, não só da cidade de São José do Rio Pardo, mas de todos os municípios da região.

No entanto, a faculdade, que é uma referência na formação docente para o Magistério da região, está totalmente abandona-da, ou seja, perdendo alunos, a escola sendo degradada e com um prédio abandonado, que mal foi construído e já virou ruína.

Nós solicitamos, Sr. Presidente, providências imediatas em relação a isso. Eu gostaria que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas imediatamente ao Ministério Público estadual e ao Tribunal de Contas, para que eles investiguem, para que providências sejam tomadas imediatamente em rela-ção a esse crime bárbaro contra o patrimônio público e contra toda a população da cidade de São José do Rio Pardo.

Parabenizo o Rafael Kocian, o professor Bibo e o Fabrício Menardi, que trouxeram a denúncia e estão buscando recursos para terminar essa obra para que ela abrigue, de fato, a Facul-dade Euclides da Cunha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Deputa-do Jooji Hato, eu gostaria de convidá-lo para o festival Furusato, que será aberto sábado, no Cocuera, em Mogi das Cruzes. Estão todos convidados, os funcionários desta Casa também.

Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.
O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito bem lembrado, nobre deputado Luiz Carlos Gondim. É um festival muito interessante, muito importante de agroindús-tria, um festival que fortalece aquilo que é o mais importante. A agroindústria do nosso País é fundamental. Quero parabenizar os organizadores, o nobre deputado Luiz Carlos Gondim e todos aqueles que estarão lá, em Mogi das Cruzes.

Cumprimento os nossos queridos Srs. Deputados e Sras. Deputadas e os telespectadores.

Eu estava vindo do meu escritório político, na Praça da Árvore, e, atravessando a Av. Jabaquara, eu encontrei o trânsito totalmente fechado e tive que dar volta, devido a uma árvore caída por causa do temporal. De ontem para hoje, 42 árvores sofreram queda por estar apodrecidas, corroídas por cupins, no Itaim Bibi, no Ibirapuera, no Paraíso, na Vila Mariana, ao redor da Assembleia Legislativa.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

Quando têm temporais, chuvas, acabam caindo árvores sobre as redes elétricas, deixando muitas pessoas, muitas famílias sem energia elétrica, dando um problema imenso no trânsito. Eu cheguei atrasado à sessão de hoje por problema de locomoção, de mobilidade, porque na R. das Rosas caiu essa árvore, dificultando todo o trânsito da região. Casas são des-truídas pelas árvores que desabam, pessoas morrem. Quantas mortes não se têm em decorrência dessas chuvas? Morreu, em Osasco, uma pessoa eletrocutada, porque caiu uma árvore em cima da rede elétrica de alta tensão, que feriu duas pessoas, uma está internada e outra acabou falecendo. Essas chuvas são bem-vindas, são muito importantes para todos nós, mas tem momentos em que elas trazem infelicidade.

Eu fiz uma lei tão simples, tão fácil de se aplicar, que é a lei de plantação de árvores frutíferas. O plantio de árvores frutíferas restabelece o equilíbrio ecológico, porque o homem foi asfaltando ruas, construindo casas, edifícios e com isso desa-pareceram os pássaros e os pássaros são os únicos predadores dos cupins. Sem os pássaros, os cupins começaram a proliferar. Dai temos armários, portas, telhados, até concreto corroídos por cupins. A propósito, o pilar central que sustenta a Câmara Municipal de São Paulo foi corroído por cupins. Foi necessário fazer uma reforma. O plenário da maior Câmara Municipal do Hemisfério Sul ficou muito tempo interditado. Inclusive esta foi a razão de eu fazer o projeto do plantio de árvores frutíferas como forma de minorar a situação. Mas, infelizmente, os órgãos competentes não plantam na forma que deveriam para resta-belecer o equilíbrio ecológico que foi quebrado com a retirada das árvores frutíferas na cidade de São Paulo. Parece um projeto simples, mas é muito importante.

Há poucos instantes um amigo meu me disse: é melhor até ser criticado do que não fazer. Eu fiz e fui criticado, como também fui criticado no projeto dos pisos drenantes, que ajuda a minorar o sofrimento da população na época das chuvas. São ruas alagadas dificultando o trânsito, são quedas de árvores dificultando o trânsito e o fornecimento de energia, são os pisos impermeáveis, calçadas concretadas, quintais concretados. Às vezes, em uma rua com pouco movimento poderiam colocar bloquete, paralelepípedo, algo que facilitasse a absorção da água pluvial. Este é outro projeto que fiz, simples e fácil de executar que eu gostaria de ver os prefeitos de cidades da Grande São Paulo, por exemplo, ou do ABCD, que sofrem com as inundações, adotarem: o uso dos pisos drenantes, para que essa água da chuva seja absorvida e não invada a casa dos mais humildes, principalmente aqueles que moram em regiões baixas e sofrem com enchentes, com perda de eletrodomésticos, móveis, sem falar das doenças. Como médico, sei da importân-cia desse projeto, que parece simples, mas serve como preven-ção na área da Saúde.

Termino dizendo: sonho em construir uma sociedade melhor, uma cidade mais arborizada, principalmente com árvo-res frutíferas, uma cidade que seja mais permeável, respeitán-do-se a vontade de Deus, sim, porque Deus manda essa água da chuva que é importante para a fertilidade do nosso solo na produção de alimentos para todos nós, mas é importante cons-truir uma cidade melhor.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespec-tador da TV Assembleia SP, público presente, quero manifestar nosso total repúdio à decisão da prefeitura de Cotia, município da Grande São Paulo, por ter encaminhado um Projeto de lei que altera a Lei Orgânica de Cotia, retirando direitos dos servidores de lá. Em nome da Lei de Responsabilidade Fiscal e do ajuste fiscal, o prefeito simplesmente está retirando o quin-quênio, a sexta parte e vários outros benefícios dos servidores. É um absurdo total. Parece-me que é o primeiro município do estado de São Paulo que está sendo mais realista do que o rei.

É um absurdo que os servidores de Cotia tenham que pagar a conta de uma crise que não foi produzida por eles, mas pelo próprio governo. A conta da crise não pode ser paga pelos servidores. Estão retirando licença-prêmio, sexta parte, quin-quênio e até mesmo o auxílio-natalidade. É um absurdo que, num Estado como o nosso, tenhamos um município da Grande São Paulo atacando frontalmente os direitos e a dignidade dos

servidores. Tenho conversado com os profissionais da Educação, que já têm salários extremamente arrochados e defasados, e estão sendo ainda mais prejudicados por essas medidas.

A prefeitura tem, lá, o apoio da Câmara Municipal. É um absurdo que o Legislativo de Cotia aprove um projeto como esse, que vai penalizar todos os servidores e, ao fazê-lo, pre-judicar toda a população. A população precisa dos serviços públicos. Quanto mais os governos atacam os servidores, mais estão atacando a prestação dos serviços públicos nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Segurança. Lá, há a Guarda Civil Metropolitana, que está sendo atingida também por todas essas medidas. Os servidores estão mobilizados, estão pressionando. Fizeram hoje uma manifestação e farão outras, para reverter esse processo.

O prefeito apresentou um projeto de emenda à Lei Orgâ-nica - o PO 12/16 -, e a Câmara Municipal está apoiando essa medida. Isso reflete um pouco do que o Temer, Alckmin e Doria pretendem fazer. O prefeito de lá é do PSDB: é dessas prefeitu-ras do Estado mínimo, do neoliberalismo. Assim, estão atacando os direitos e a dignidade dos servidores, como faz o Alckmin e como já anunciou esta semana o prefeito eleito João Doria, ao dizer que não vai dar reajuste aos servidores em 2017. Ontem, S. Exa. voltou atrás, porque foi duramente pressionado e teve que fazer um recuo estratégico em relação a essa fala. Mas sabemos qual é a ideologia que está por detrás das adminis-trações tucanas.

Todas essas propostas do governo Temer - PEC - no 241, PLP no 257, reforma trabalhista, terceirizações e a proposta de desvinculação das receitas da União, principalmente nas áreas de Educação e Saúde - têm a ver com a ideologia do PSDB, de massacar os servidores, jogar nas costas deles a culpa da crise econômica.

Portanto, todo nosso repúdio ao PO 12/16, que retira direitos e benefícios dos servidores da prefeitura de Cotia, um absurdo, eles querem retirar o quinquênio, a sexta parte, a licença prêmio e até mesmo o auxílio-natalidade. Um absurdo, presidente, um crime.

Estamos com os servidores, que estão mobilizados, pre-parando uma greve geral. Vão paralisar a cidade, porque não aceitam essa retirada de direitos, eles não vão pagar a conta de uma dívida que não foi produzida por eles e nem pela população.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembrando-os, ainda, da sessão solene a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de prestar homenagem ao Dr. Raul Cutait, com a outorga do "Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo"; e da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de homenagear o Dia da Igreja Seicho-No-Ie, Prof. Masaharu Taniguchi Manabu Kai.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 16 minutos.

11 DE NOVEMBRO DE 2016 166ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CEZINHA DE MADUREIRA Secretário: CEZINHA DE MADUREIRA
RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE 1 - JOOJI HATO Assume a Presidência e abre a sessão. 2 - CEZINHA DE MADUREIRA Assume a Presidência. 3 - JOOJI HATO Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças. 4 - JOOJI HATO 5 - PRESIDENTE CEZINHA DE MADUREIRA Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 16/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão solene a ser realizada hoje, às 20 horas, com a finalidade de "Entregar ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Doutor Marcos Pereira, o Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo". Levanta a sessão. *** - Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato. *** O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo núme-ro legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, inicia-mos os nossos trabalhos. Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presen-tes em plenário, está dispensada a leitura da Ata. Convido o Sr. Deputado Cezinha de Madureira para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expe-diente. O SR. 1º SECRETÁRIO - CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separa-damente da sessão. *** - Passa-se ao
PEQUENO EXPEDIENTE
*** O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Abelardo Camarinha. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre depu-tada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguiz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bol-çone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Estevam Galvão. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a pala-vra o nobre deputado Angelo Perugini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Lancaster. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre depu-tado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) *** - Assume a Presidência o Sr. Cezinha de Madureira. ***

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, estamos vivenciando momentos difíceis no trânsito e na segurança, nesta época de chuvas. Parece algo sutil, insignificante, termos casos de pessoas eletrocutadas, árvores que desabam sobre residências e rede elétrica, deixando milhares de famílias sem energia elétrica. O trânsito fica caótico. Águas sujas invadem as casas, principalmente das pessoas mais humildes, que moram nas regiões mais baixas.

Fiz uma lei, da qual me orgulho, a respeito da plantação de árvores frutíferas, para preservarmos o equilíbrio ecológico. A cadeia ecológica foi quebrada, porque o predador dos cupins foi espantado. Os cupins correm as árvores que, por qualquer ventania, acabam por desabar.

É uma lei simples, que restabelece a Mata Atlântica, que restabelece o equilíbrio ecológico. A plantação de árvores fru-tíferas vai atrair os pássaros, que são os predadores dos cupins.

Sr. Presidente, quero falar da poda mal feita, que pode provocar desequilíbrio no crescimento, infestação de pragas e quedas. Na última chuva tivemos a queda de 42 árvores. Passo a apresentar um vídeo, para esclarecer melhor.

- É feita a apresentação de vídeo.

Existente um ditado que diz o seguinte: "Quando não se usa a inteligência, o corpo padece." Portanto, quando temos pes-soas não inteligentes, que não sabem nem podar uma árvore, acabam causando todos esses problemas. Digo também que há governantes inteligentes e não inteligentes. Lembro-me do saudosos presidente Jânio Quadros, que quando assumiu a pre-feitura de São Paulo plantou muitas árvores frutíferas através de um projeto meu. Hoje, ainda nós convivemos com pessoas que não plantam árvore frutífera, não restabelecem o equilíbrio ecológico.

Nós procuramos sempre trazer projetos, como eu trouxe da lei fecha bar, lei do silêncio, lei seca, que foi muito criticada, eu sofri muito, mas é uma lei, hoje, que as pessoas que me critica-vam estão dizendo que ela é boa. Trouxe outras leis, como a lei da câmera de segurança, por exemplo, que foi aprovada nesta Assembleia e precisa ser aplicada rapidamente para diminuír-mos a violência e melhorarmos a qualidade de vida.

As árvores frutíferas são extremamente importantes. A lei dos pisos drenantes, que eu aprovei, tem que ser aplicada pelos prefeitos para diminuir o sofrimento, para diminuir as enchentes que provocam congestionamento, queda de casas, queda de árvores, principalmente neste momento que estamos vivencian-do, de época de chuva.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levanta-mento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CEZINHA DE MADUREIRA - DEM - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordi-nária de quarta-feira, dia 16 de novembro, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de quinta-feira, lembrando-os, ainda, da Sessão Solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de entregar ao ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Dr. Marcos Pereira, o "Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo". Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 47 minutos.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 31/10/2016

PROCESSO DIGITAL N° 338/2016

Interessada: Administração

Assunto: Contratação direta da concessionária ELETROPAU-LO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A com vistas ao fornecimento de energia elétrica à ALESP, nos termos da disciplina contida no artigo 24, inciso XXII da Lei federal nº 8.666/1993, conforme especificações.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do que consta dos autos do Processo Digital n° 338/2016, que cuida de instrução voltada à contratação direta de empresa para prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica a este Poder; con-siderando a solicitação de contratação e sua respectiva justifi-cativa, apresentadas pelo Departamento de Serviços Gerais em 18/04/2016, acompanhada da peça gráfica demonstrativa da área de concessão de distribuição de energia elétrica hoje em vigor e das especificações técnicas necessárias para a preten-dida contratação, conforme AT/DSG 034/2016, de 13/05/2016, apresentados pela Assessoria Técnica do Departamento de Serviços Gerais, cujos termos acolhe; diante da manifestação da Assessoria Técnica do Departamento de Serviços Gerais quanto à opção tarifária, de 13/05/2016, e da projeção de gastos para os próximos doze meses, apresentada, com base nas tarifas públicas informadas pela própria concessionária conforme mensagem eletrônica de 12/08/2016, através de planilha de estimativa de custos anexada aos autos em 13/09/2016 e rati-ficada em 27/10/2016 pela Assessoria Técnica do Departamento de Serviços Gerais, que acolhe; à vista das manifestações do Serviço de Compras, de 12/08/2016 e 04/10/2016; considerando as minutas de contrato ofertadas pela futura Contratada em 04/10/2016, cujo teor foi devidamente ratificado pela unidade solicitante em 27/10/2016, conforme AT/DSG 070/2016, com as alterações sugeridas pela Procuradoria desta Casa de Leis, que acolhe; em face do Parecer nº 448-1/2016, de 18/10/2016, exarado pela Procuradoria desta Assembleia Legislativa; à vista da manifestação da Divisão de Planejamento e Controle Orça-mentário – DPCO 0527/2016, de 19/09/2016, atestando a exis-tência de recursos orçamentários suficientes para a realização da despesa ora pretendida neste exercício, a qual é compatível com o Plano Plurianual – PPA 2016/2019 – Lei nº 16.082/2015 (Programa 150 – Processo Legislativo) e com as Leis de Diretri-zes Orçamentárias LDO 2016 – Lei nº 15.870/2015 e LDO 2017 – Lei nº 16.291/2016, bem como o atendimento das exigências da Lei Complementar federal nº 101/2000, em especial no que se refere ao disposto em seu art. 16, inciso II, que ora ratifica; e, ainda, em face do encaminhamento do Secretário Geral de Administração, de 27/10/2016, **DECIDE:**

I – **AUTORIZAR**, com fundamento no inciso XXII do artigo 24 da Lei federal nº 8.666/1993, a contratação da concessio-nária de serviços públicos ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A, pelo período de 12 (doze) meses, para fins de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, contemplando demanda na opção tarifária verde, no patamar de 1400W, nos termos das minutas de Con-trato de Compra de Energia Regulada, Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição – Pontos de Conexão (Anexo) e Con-trato de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica – Subgrupo Tarifário A4, Modalidade Tarifária Verde, apresentadas pela futura Contratada e anexadas aos autos em 04/10/2016,